

ECONOMIA POLÍTICA DO TERRITÓRIO: O LUGAR DO ENTREPOSTO FEDERAL NOS CIRCUITOS ESPACIAIS DA PESCA NA METRÓPOLE DO RIO DE JANEIRO

POLITICAL ECONOMY OF THE TERRITORY: THE PLACE OF THE FEDERAL WAREHOUSE IN THE SPACE FISHING CIRCUITS IN THE METROPOLIS OF RIO DE JANEIRO

ECONOMÍA POLÍTICA DEL TERRITORIO: EL LUGAR DEL ALMACÉN FEDERAL EN LOS CIRCUITOS DE PESCA ESPACIAL DE LA METRÓPOLIS DE RÍO DE JANEIRO

SOUZA JÚNIOR, Luís de

RESUMO

As metrópoles litorâneas trazem as marcas de diferentes períodos históricos materializados nas permanências geográficas e na coexistência entre pessoas, instituições e empresas que usam o seu território. Sendo por muito tempo o epicentro de diferentes acontecimentos políticos, econômicos e culturais em âmbito nacional, o município do Rio de Janeiro sofreu inúmeras transformações motivadas pelas mudanças na sociedade. Por seu turno, apesar dos inexoráveis processos modernizantes, os novos arranjos socioespaciais não apagaram os modos de existência pretéritos, cuja atribuição avolumava a "sociodiversidade" da metrópole fluminense, desempenhando um papel primaz na reprodução social das classes populares. Dentre a multiplicidades dos modos de existência na metrópole, o comércio de pescado possuía uma função de relevo no centro do Rio de Janeiro. Na paisagem da baía de Guanabara, a presença das pequenas e grandes embarcações pesqueiras, demonstravam a vitalidade da pesca na metrópole do Rio de Janeiro, cujo volume do pescado desembarcava, em sua totalidade, no Entrepasto Federal de Pesca localizado na Praça XV de Novembro. O trabalho tem o objetivo de compreender a organização do circuito espacial da pesca na metrópole do Rio de Janeiro tendo como enfoque analítico o Entrepasto Federal de Pesca.

Palavras-chave: Metrópole. Pescado. Mercado. Circuitos espaciais.

ABSTRACT

Coastal metropolises bear the marks of different historical periods materialized in geographical stays and in the coexistence between people, institutions and companies that use their territory. For a long time epicenter of several political, economic and cultural manifestations nationwide, the municipality of Rio de Janeiro has undergone countless transformations motivated by changes in society. In turn, despite the inexorable processes of modernization, the new socio-spatial arrangements did not erase past modes of existence, whose attribution extended the "sociodiversity" of the metropolis of Rio de Janeiro, playing a major role in the social reproduction of the popular classes. Among the multiple modes of existence of the metropolis, the fish trade played a prominent role in the center of Rio de Janeiro. In the landscape of Guanabara Bay, the presence of small and large fishing vessels, demonstrated the vitality of fishing in the metropolis of Rio, whose volume of fish landed, in its entirety, at the Federal Fisheries Warehouse located at Praça XV de Novembro. The work aims to understand the organization of the space fishing circuit in the metropolis of Rio de Janeiro with the analytical approach of the Federal Fisheries Warehouse.

Keywords: Metropolis. Fish. Market. Space Circuits.

RESUMEN

Las metrópolis costeras llevan las huellas de diferentes periodos históricos materializados en permanencias geográficas y en la convivencia entre personas, instituciones y empresas que utilizan su territorio. Durante mucho tiempo siendo epicentro de diferentes eventos políticos, económicos y culturales a nivel nacional, el municipio de Río de Janeiro ha experimentado numerosas transformaciones motivadas por cambios en la sociedad. A su vez, a pesar de los inexorables procesos modernizadores, los nuevos ordenamientos socioespaciales no borraron modos de existencia pasados, cuya atribución aumentó la "sociodiversidad" de la metrópoli de Río de Janeiro, jugando un papel primordial en la reproducción social de lo popular. Entre la multiplicidad de modos de existencia en la metrópoli, el circuito espacial de pesca tuvo

un papel importante en el centro de Río de Janeiro. En el paisaje de la Bahía de Guanabara, la presencia de pequeños y grandes barcos pesqueros, demostró la vitalidad de la pesca en el contexto de la metrópoli de Río de Janeiro, cuyo volumen de pescado desembarcó, en su totalidad, en el Almacén Federal de Pesca ubicado en la Praça. XV de noviembre. El trabajo tiene como objetivo comprender la organización del circuito espacial de pesca en la metrópoli de Río de Janeiro con el enfoque analítico del Almacén Federal de Pesca.

Palabras clave: Metrópolis. Pez. Mercado. Circuito Espacial.

INTRODUÇÃO

A presença da atividade pesqueira na metrópole é atestada pelas embarcações no seu território marítimo e pelas inúmeras comunidades de pesca espalhadas em seus municípios. Em virtude da psicossocialidade das baías de Guanabara e Sepetiba bem como da demanda crescente de um grande centro consumidor, a metrópole do Rio de Janeiro, até a década de 1970, despontava como maior distribuidor de pescado no Brasil (INFOPESCA, 2010).

Dada a aleatoriedade da produção e a alta perecibilidade, a distribuição do pescado depende em larga medida de intermediários. No município do Rio de Janeiro, tais intermediários eram representados na figura dos banqueiros, agentes que possuíam a concessão do comércio de pescado no Mercado Municipal. As relações comerciais entre os banqueiros e pescadores quase sempre eram desfavoráveis aos últimos que, no primeiro momento, garantiam exclusividade de venda para os banqueiros em troca de “preços razoáveis” e, no segundo momento, os comerciantes passavam a socorrer os pescadores em eventuais dívidas e patrocinar as pescarias, mantendo uma relação marcada pela subordinação.

Dessa forma, a construção do Entrepósito Federal de Pesca no Rio de Janeiro em 1941, tinha o objetivo modificar o regime de concessão do pescado e alterar às relações de dependência dos pescadores aos banqueiros do velho mercado. Sendo parte das amplas transformações institucionais comandadas pelo governo Vargas, as mudanças nas formas de controle dos canais de distribuição do pescado permaneceram até o ano de 1991, ano de desativação do Entrepósito.

O presente artigo tem o objetivo de analisar o Entrepósito Federal de Pesca e compreender em qual contexto ele se inseriu no circuito espacial da pesca na metrópole fluminense. Tal proposta é o fruto parcial de pesquisas em fontes primárias (busca em acervos documentais e levantamento bibliográfico) e primários (realização de entrevistas semiestruturadas) iniciadas no processo de doutoramento. Por ora, tomamos de empréstimo os nexos entre a Economia Política do Território (SILVA, 2013; SANTOS e SILVEIRA, 2008), ordem espacial (SANTOS e SILVEIRA 2008) e os circuitos espaciais de produção (SANTOS, 2011; MORAES, 2017).

MERCADO E ORDEM ESPACIAL: OS CIRCUITOS ESPACIAIS DA PESCA

Algumas bancas expõem as mercadorias, toldos para proteger das intempéries climáticas, mesas enumeradas, vendedores anunciando suas mercadorias aos berros e uma profusão de compradores se amontoando no entorno das barracas, ávidos por preços baratos e produtos frescos de primeira qualidade ou simplesmente para saber o que se passa. Com mais ou menos elementos, tais situações geográficas são similares em diferentes praças e cidades do mundo em diferentes períodos da história.

Se com Adam Smith (1996) a economia política clássica como teoria do mercado se eleva a “ordem natural” assentada na ação individual, cujos interesses próprios supostamente gerariam bem estar por meio da “mão invisível”, coordenando as escolhas de um mercado autorregulado, para Moraes (2017) um bom começo para discutir os circuitos produtivos na sociedade capitalista está em Karl Marx (2008), precisamente no texto “Introdução à crítica da economia política”. Nesta obra, o autor indica que o processo de produção é indissociável das demais etapas pelas quais a mercadoria passa, gerando a circulação. Daí o sentido de circuito, circularidade (MORAES 2017, p. 17).

O mercado do pescado é enraizado na História dos lugares e o papel de distribuição é engendrado por redes de troca entre agentes próximos e distantes. Neste sentido, levando em consideração os locais de produção, tipos de transporte e consumo, as etapas produtivas da pesca, constituem-se em diferentes áreas para e sua condição de existência. O comércio é dado pelas relações que levam em conta a indissolúvel ligação entre a captura incerta do pescado, armazenamento, transporte e o consumo. Tendo em vista que a divisão social do trabalho expressa a solidariedade entre lugares diferentes, os circuitos econômicos da pesca se manifestam mediante à ordem espacial.

Para Becker (1966) o maior desafio de um sistema de abastecimento alimentar é transformar a produção intermitente, variável e precária, em um fluxo regular e contínuo. Tal sistema depende do ajuste entre a produção concentrada em curtos períodos, o fornecimento ágil de produtos perecíveis e a demanda diária e exigente em preços acessíveis à renda do consumidor. Dessa forma, a concentração da produção permite a otimização da distribuição, envolvendo os sistemas de engenharias e os fluxos materiais e imateriais. Cada componente do sistema possui uma característica própria indissociável das variáveis-chaves que comandam cada período da formação socioespacial.

O circuito espacial de produção do pescado depende de um complexo sistema de distribuição que se estabelece entre a produção, o armazenamento, o transporte, a comercialização e o consumo final (BECKER, 1966 p. 33). Dado os diferentes níveis de tecnologia, organização e capital dos agentes que atuam na captura, armazenamento e comercialização, o pescado depende do ajuste entre a produção cíclica concentrada em períodos curtos e a demanda diária e exigente em preços acessíveis, volume e qualidade segundo critérios alimentares.

As fases do circuito espacial da pesca são formadas pela articulação de vários lugares e unidades produtivas de tamanhos diversos que atingem diferentes frações do território. O mercado de pescado deriva, portanto, de uma complexa rede de relações de cooperação e conflito entre os agentes da pesca. Tais relações começam na laboriosa arte da captura e as contradições próprias das relações de trabalho estabelecidas entre os pescadores e o meio ecológico, marcado por profundas incertezas; das contradições inerentes à exploração da força de trabalho, seja nas companhias de pesca (PESSANHA, 2003), ou no precário trabalho embarcado nas traineiras (DUARTE, 1999) e nos impactos da modernização nos territórios pesqueiros, tendo como consequência a restrição de sua atividade (EUZEBIO, 2018; MORAES, 1999; DIEGUES, 1983).

Além das dificuldades inerentes ao processo de captura do pescado, outro aspecto de instabilidade do circuito espacial da pesca se encontra na comercialização. A relação entre os pescadores e os agentes incumbidos de comercializar em locais mais distantes se dá de diferentes maneiras caracterizando à multiplicidade de formas de inscrição nos espaços de produção e circulação. Tal relação é marcada pela instabilidade, pois a previsão dos preços mormente escapa ao cálculo dos pescadores, sendo realizada por aqueles que possuem o controle da circulação do pescado. Dessa forma, o equilíbrio dos preços é alcançado através da negociação, onde um "leiloeiro" ou "pregoeiro" lança um conjunto de preços iniciais e os compradores contrabalanceiam na tentativa maximizar seus interesses, ou mitigar seus prejuízos (PINTO, 2017, p. 41).

Em trabalho realizado alhures (SOUZA JÚNIOR, 2015) identificou-se entre os principais intermediários que realizam a distribuição do pescado os pequenos compradores ambulantes, os comerciantes fixos e atravessadores. Os pequenos compradores são agentes que compram nos mercados e revendem nas ruas ou bairros próximos, podem comercializar em feiras livres ou em carros. Os comerciantes fixos são donos de estabelecimentos (bares, restaurantes e peixarias) que compram diretamente do pescador ou nos entrepostos. Por último, os atravessadores são intermediários que compram o pescado revendem para mercados mais distantes.

Nas companhias de pesca realizadas nas praias, o leilão do pescado é realizado entre o mestre da companhia e os demais compradores. Os preços variam conforme aumentam a oferta de uma determinada espécie de pescado, a procura dos compradores ou a duração do leilão. Na pequena produção só se torna

vantajoso comercializar o pescado nos mercados atacadistas quando as pescarias são fartas, possibilitando o aluguel coletivo do frete para o transporte do pescado.

Diferente do mercado na praia, os mercados atacadistas recebem o pescado de diferentes unidades produtivas. O funcionamento demanda de uma série de processos que começa pelo descarregamento, medição, compra do gelo e, quando não é vendido sob encomenda, o pescado é exposto e comercializado para estabelecimentos varejistas (supermercados, restaurantes, peixarias, feiras e mercado ambulante).

O TERRITÓRIO NORMADO: O ENTREPOSTO FEDERAL DE PESCA E A POLÍTICA DE CONTROLE DOS CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO DO PESCADO

Para Rafesttin (1993), o controle da circulação e mobilidade são atributos indispensáveis para a estratégia de atores que almejam dominar a superfície e os pontos do espaço por meio da gestão e controle das distâncias. Com a criação do Entrepasto Federal de Pesca, inaugura-se um novo momento de racionalização das etapas produtivas do pescado. Igualmente, evidencia-se uma inovação institucional no comércio do pescado, tendo o Estado como eixo organizador, designando a otimização do abastecimento para uma crescente população urbana no município do Rio de Janeiro.

Os entrepostos ou terminais pesqueiros são as principais áreas de infraestrutura de embarque e desembarque da pesca, servindo de elo entre a produção e o consumo. A partir do decreto lei nº 794 de 19 de outubro de 1938 o governo federal instituiu a construção de entrepostos de pesca nas principais cidades litorâneas e ribeirinhas do país. Sob a tutela do Ministério da Agricultura, o primeiro deles foi inaugurado no dia 3 de outubro de 1941 nas margens da praça XV de Novembro (Figura 1), o Entrepasto Federal de Pesca foi criado para adequação, inspeção, conservação e transporte do pescado. Tal estrutura tinha a finalidade de garantir o acesso da população à gêneros de primeira necessidade, facilitando o abastecimento, a fiscalização do poder público e restringir a influência dos banqueiros de pescado do mercado municipal, que exerciam o monopólio de compra e venda do pescado no Rio de Janeiro, pagando preços aviltantes pelo pescado e encarecendo o preço final.

Figura 1 - Inauguração do Entrepasto Federal de Pesca- 1941



Fonte: Biblioteca Nacional, 1941.

O processo de construção do Entrepasto Federal de pesca contrariou interesses políticos e econômicos dos banqueiros de pesca do mercado municipal. Em reportagem do Correio da Manhã os banqueiros de pescado enviaram um memorial protestando contra o artigo 6º do decreto lei do código de caça e pesca de 1938 que instituiu a criação dos Entrepastos. Getúlio Vargas imediatamente enviou um despacho com os seguintes dizeres:

Arquivem-se não ha nada que indeferir. A instalação dos Entrepastos de Pesca é medida de grande alcance e utilidade pública devendo ser extensiva ao comércio de frutas a fim de por

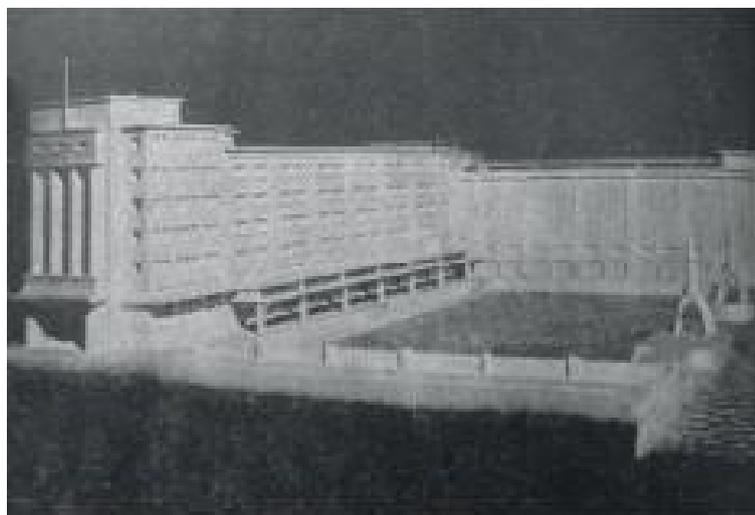
termo dos trusts dos açambarcadores. (CORREIO DA MANHÃ, 1934 p.5)

Outro entusiasta da criação do Entreposto Federal de Pesca foi o comandante Frederico Villar. Para o comandante que foi pioneiro na organização das colônias de pesca em todo território nacional. A instalação dos entrepostos correspondia à mudanças institucionais profundas no tratamento de questões marinhas que levaria a um futuro de prosperidade social e econômica. Nos elogios efusivos do comandante.

Bem sabe o Correio da Manhã como eu encaro a defesa dos nossos homens do mar. A nação não poupará jamais os seus aplausos e sua profunda gratidão-gravando em chamas indeléveis no coração do povo a sua fé na realização dos ideais que encerra o decreto 23.134 de 9 de setembro de 1933, hoje consagrado com a criação dos Entrepostos Federais da Pesca, os primeiros dos quais acabamos de ver inaugurados nesta capital. Em que possa ser um fato banalístico e sem consequência- a construção desses entrepostos constitui uma sementeira magnífica, promissora e abundante seara em benefício da prosperidade da classe econômica e social da classe laboriosa que com orgulho representamos nesta confederação geral, realizando um dos nosso mais caros objetivos. No dia que despertarmos para exploração das maravilhas que nossas águas encerram, a nação inteira se deslumbrará nas possibilidades de riqueza e prosperidade e claro, infindos horizontes se abrirão ao Brasil. (CORREIO DA MANHÃ, 1934 p. 5)

Inicialmente o Entreposto Federal de Pesca ficou subordinado diretamente à Indústria da Caça e Pesca da diretoria da Indústria Animal do Ministério da Agricultura. Sua organização era realizada da seguinte forma: os trechos do cais interno e externos que serviam a doca do mercado velho ficaram reservados exclusivamente para atracação das embarcações de pesca como parte integrante do Entreposto; Todo pescado que chegava ou passava pelo estado do Rio de Janeiro, exceto o pescado destinado às fábricas de conserva, por qualquer meio de transporte, era obrigado a passar pelo Entreposto para ser inspecionado; As autorizações para o pescado destinados às fábricas eram concedidas mediante à assinatura de um termo de compromisso na Diretoria de Caça e Pesca pela fábrica com a quantidade de pescado por ela consumido (Figura 2).

Figura 2 - Maquete do Entreposto Federal de Pesca



Fonte: Revista do Servidor público, 1944

A partir do decreto lei delegada nº 7 de 26 de setembro de 1962, o Entreposto Federal de Pesca ficou vinculado a Empresa Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM). Subordinado à Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB) e à Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), a CIBRAZEM tinha como objetivo executar planos de abastecimento e agir como elemento regulador do mercado, ou seja, servir de forma supletiva às áreas não suficientemente atendidas por empresas privadas em regime competitivo. A partir da mudança de autarquia, ocorreram mudanças nas formas de comercializar o pescado dentro do Entreposto, acarretando em prejuízos para os pescadores que cada vez mais ficaram subordinado aos pregoeiros.

MAPEANDO OS AGENTES DA PESCA NO ENTREPOSTO FEDERAL DE PESCA

A estrutura das unidades produtivas da pesca, a dinâmica comercial, as características das embarcações e equipamentos do Entrepasto Federal de Pesca são importantes para identificar os níveis tecnológicos, níveis de capital, redes de transporte, distâncias e descontinuidades das áreas produtoras, das unidades produtivas bem como as assimetrias entre os agentes da pesca na metrópole do Rio de Janeiro (Figura 3).

Figura 3 - Entrepasto Federal de Pesca



Fonte: IBGE, 1957

Grande parte dos pescadores artesanais que comercializavam o pescado no Entrepasto Federal de Pesca eram oriundos dos núcleos pesqueiros espalhados pelo recôncavo da Guanabara. Dada a proximidade com o Centro e facilidade de escoamento do pescado via embarcações, pescadores das imediações do Caju, Ilha do Governador, Maré (Rio de Janeiro) e do leste metropolitano, tais como Jurujuba, Itaipu (Niterói), Gradim e Itaoca (São Gonçalo) e Mauá (Magé) eram presenças frequentes no cais do entreposto. Não obstante, pequenas embarcações de pescadores de todo litoral do estado do Rio de Janeiro (Pedra de Guaratiba, Cabo Frio e Angra dos Reis) e do estado do Espírito Santo e sul do Estado da Bahia, denotando uma enorme variedade de pescados comercializado no mercado (Corvina, Pargo, Corvinota, Tainha, Sardinha, Namorado e Robalo).

Os Armadores que desembarcavam no cais do mercado possuíam origens diferentes. Muitas das grandes Traineiras de fundações autárquicas (fundação Leão XIII) ou de outras áreas do estado (Angra dos Reis, Cabo Frio e Macaé) ou mesmo de outras unidades federativas (Santa Catarina, Bahia e Espírito Santo). Os Armadores, em virtude da sua grande capacidade de captura, raio de alcance muito maior do que a da pesca artesanal, comportavam uma maior quantidade de pescado, podendo descarregar dezenas de toneladas de pescado. O estreito cais do Entrepasto, faziam com que as pequenas embarcações da pesca artesanal disputassem centímetro a centímetro com as Traineiras.

Todavia, a maior parte do pescado chegava via caminhões por meio das Empresas de pesca ou atravessadores individuais. A exigência para venda do pescado no interior do entreposto era o armazenamento em caixas monoblocos plásticas e a emissão do certificado de inspeção sanitária ainda nos seus terminais de origem. O Entrepasto Federal de Pesca possuía 25 fiscais 1 veterinário e 4 técnicos. Quando o peixe chegava estragado, recebia um jato de creolina e metileno para ser inutilizado.

As concessões para o comércio do pescado em uma das 72 bancas do Entrepasto eram emitidos pela CIBRAZEM. O pescado proveniente de diferentes unidades produtivas (pesca artesanal, empresas de pesca, ou atravessadores individuais) chegavam ao entreposto por via marítima ou rodoviária. No mercado, o pescado era descarregado por carregadores (denominados "burros sem rabo") em troca do *pinga*¹, podendo descarregar o volume de até 200 toneladas. No entreposto o pescado era inspecionado e passava pela *balançada* sob o comando dos funcionários da CIBRAZEM. Descarregado nas bancas

administradas pelos pregoeiros, ocorria a exposição e pregão do pescado (Figura 4).

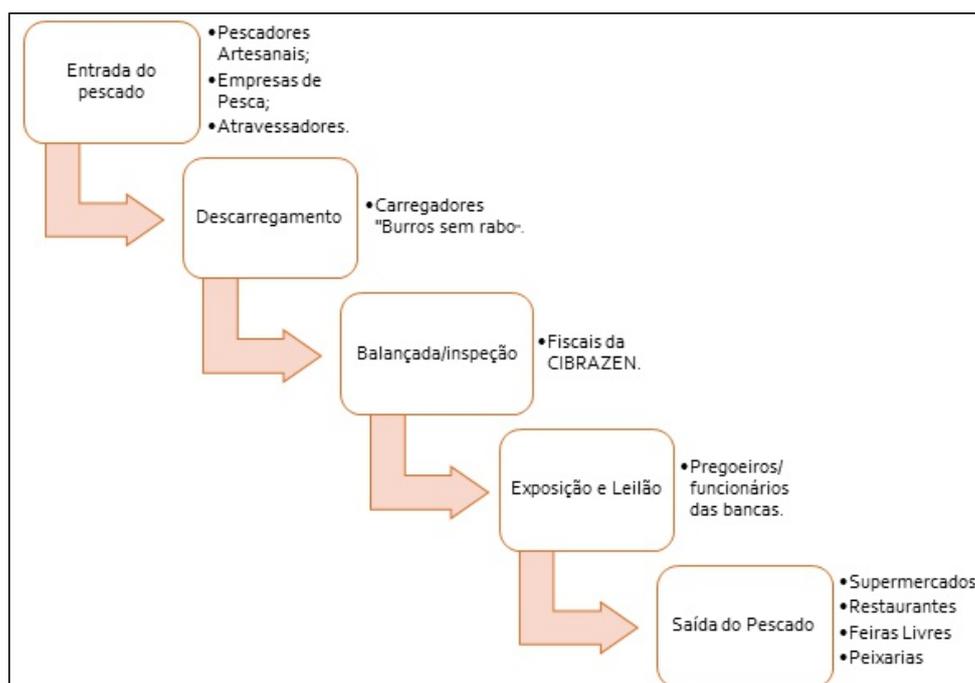
Figura 4 - Descarregamento do pescado no Entrepasto



Fonte: Jornal do Brasil, 1980.

O movimento no Entrepasto começava à meia noite. Quando não eram proprietários embarcações, os pregoeiros possuíam contrato com as empresas de pesca ou com os pescadores, detendo 7% do lucro bruto das pescarias. As embarcações mais próximas ao porto se submetiam ao preço, ou se afastavam e retornam na madrugada seguinte. Os caminhões estacionados na rua Alfredo Agache, também aguardavam os preços no mercado e, quando preço do pescado diminuía à medida que aumentava a oferta de pescado, os automóveis se afastavam ou o pescado era comercializado no mercado paralelo na praça XV sem se submeter a inspeção. 4:30 da manhã a sirene do mercado tocava e findava as transações no salão do Entrepasto Federal de Pesca (Figura 5).

Figura 5 - Processo de comercialização/ Agentes do circuito espacial da pesca no Entrepasto Federal de Pesca



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

1. Porção de pescado dado em forma de pagamento aos carregadores do mercado.

As transações entre pregoeiros e comércio varejista eram realizados por meio da relação de confiança. Para supermercados e peixarias eram emitidas notas fiscais com o prazo de até 90 dias. Para feirantes e pequenas peixarias, comprando acima de 30 quilos, pagavam em prazo estendido. O pregoeiro pagava em média Cr\$ 0,58 por quilo para CIBRAZEN enquanto o comprador pagava Cr\$ 30 por carteira, tendo o subsídio do gelo.

CONCLUSÕES

As desigualdades nos níveis de organização, quantidade de capital, nível tecnológico entre os agentes do circuito do espacial do pescado afetam à geografia do valor. Em virtude de grande parte dos pescadores artesanais não disporem de automóveis e frigoríficos para transportes e armazenamento do pescado, necessita comercializar o pescado a preços módicos para os atravessadores ainda nos cais e nas praias.

A tentativa de construção de uma ordem espacial (SANTOS, 2011) o território, considerado em seus usos, é expresso a partir de divisões sociais do trabalho superpostas. Com o intento de constituir uma base territorial na garantia de controle da produção, distribuição e consumo do pescado, o Entrepasto Federal de Pesca no Rio de Janeiro se inscreveu como um dos alicerces dos circuitos espaciais da pesca na metrópole do Rio de Janeiro.

A justificativa para desativação do Entrepasto por meio do decreto 16. 616 de 07 de junho de 1991 no governo de Lionel Brizola e na prefeitura de Marcelo Alencar, foi a de que a sua capacidade operativa foi superada pela verticalização da indústria e do comércio, atendendo de forma precária a demanda pelo pescado. Outrossim, foi alegado que o entreposto gerava um “passivo ambiental” e com o tempo se tornara insalubre.

No entanto, a desativação do Entrepasto Federal de Pesca e a ausência de outro Terminal pesqueiro público contribuiu decisivamente para o desmantelamento da atividade pesqueira na metrópole fluminense. A condição de desmonte das políticas públicas para o setor pesqueiro, que perdura até os dias atuais, coloca os pescadores, sobretudo os pequenos, em situação de vulnerabilidade frente aos atravessadores que açambarcam uma parcela considerável da receita das pescarias. É bem verdade que o controle do preço do pescado por parte dos pregoeiros mudava muito pouco a condição de subordinação do pescador ao intermediário. Contudo, existia uma salvaguarda do armazenamento e comercialização do pescado, fato que contribuía para diminuição dos atravessadores.

O pescado que chegava via caminhão, foi transferido para o pavilhão 21 do CEASA no bairro de Irajá, no município do Rio de Janeiro e o pescado que chegava via embarcações foram transferidos para praia Grande e cais 88, no município de Niterói e é comercializado na garagem da sede da colônia Z8 no bairro da Ponta da Areia.

REFERÊNCIAS

- BECKER, Bertha. O mercado carioca e seu sistema de abastecimento. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro. Volume 28, número 2, 1-87, Abril-Junho, 1956.
- BRASIL. **Decreto lei nº 794 de 19 de outubro de 1938**. Rio de Janeiro. “Disponível em:” <https://www2.camara.leg.br/>. Acesso em: (22/06/2019).
- BRASIL. **Decreto lei delegada nº 7 de 26 de setembro de 1962**. Brasília. “Disponível em:” <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: (27/09/2019).
- DIEGUES, Antônio Carlos S. **Pescadores, Camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: CEMAR USP, 1983.
- DUARTE, Luiz Fernando. **Redes de Suor: a reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba**. Niterói: EDuff, 1999.
- Boicote à carne incentiva o mercado paralelo de peixe sob viaduto da praça XV. **JORNAL DO BRASIL**. Rio de Janeiro. 17 de fevereiro de 1980.
- Estado do Rio de Janeiro. **Decreto n.º 16.616 de 07 de junho de 1991**. “Disponível em:” <http://>

www.silep.planejamento.rj.gov.br/decreto_16_616_07061991.htm. Acesso em: (15/12/2018)

EUZEBIO, Rodrigo Correa. **Artes de pesca artesanal e o fenômeno técnico na baía de Sepetiba**: o lugar do saber-fazer dos pescadores e a modernização do lugar. São Gonçalo: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 1-150. Mestrado (Geografia).

INFOPECA. **Os mercados de pesca do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro Volume 3, Fascículo 1, 2010. "Disponível em": INFOPECA.org. Acesso em: (10 de maio 2014)

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

MORAES, Antônio Carlos R. **Os circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação no espaço**. In: DANTAS, Aldo; ARROYO, Mônica; CATAIA, Márcio (ORG). **Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção**: um diálogo com a teoria de Milton Santos. Natal: Sebo Vermelho, 2017. 1-554.

MORAES, Antônio Carlos R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**. Elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume, 2007.

PESSANHA, Elina Gonçalves. **Os companheiros**: trabalho e sociabilidade na pesca em Itaipu. Niterói: 2003.

Os entrepostos Federais e os serviços da pesca: como se manifesta em, defesa dos pescadores, o comandante Frederico Villar. **CORREIO da Manhã**. Rio de Janeiro. 10 de fevereiro de 1934.

PINTO, Moisés Augusto. **O mercado de caça e pescado na tríplice fronteira Basil-Colômbia-Peru**. Manaus: EDUA, 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Márcio Vinício, A obra Getuliana através da revista do Serviço Público. In: **Revista pós**. V 22 N 17. São Paulo, 58-77, 2015.

RIBEIRO, Adalberto Mário. A Exposição de edifícios públicos. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, ano 7, v. 3, n. 3, p. 90-113, set. 1944.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SILVA, Catia Antonia. Elementos epistemológicos e metodológicos para uma geografia das existências. In: SILVA, Catia (ORG). **Pesca Artesanal e produção do espaço**: desafios para reflexão geográfica. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. 7-173

SILVA, Catia Antonia. Economia da pesca artesanal no Rio de Janeiro: desafios de método. In: SILVA, Catia (ORG). **Pesca Artesanal e produção do espaço**: desafios para reflexão geográfica. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. 7-173

SOUZA JUNIOR, Luís. **Os circuitos da economia urbana na metrópole fluminense**: uma análise sobre os mercados de pescado no município de Niterói. São Gonçalo: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 1-115. Mestrado (Geografia).